

ASSIMETRIAS REGIONAIS NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DOS COEFICIENTES DE RENDA E A PERSPECTIVA DE UMA MAIOR INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Adayr da Silva Ilha¹
Fabiano Dutra Alves²
Daniel Arruda Coronel³

RESUMO

Nas últimas décadas foram presenciadas importantes mudanças na esfera mundial do ponto de vista econômico, social e político que afetaram sobremaneira todos os países latino-americanos. Neste contexto, destaca-se o processo de globalização marcado pelas idéias do *laissez faire*. Concomitantemente a este processo, intensifica-se a formação de blocos regionais como forma dos países se protegerem nesta nova ordem mundial. Nesta perspectiva, pretende-se responder, qual é a necessidade de uma política regional comum no Mercosul. Como objetivo geral, aponta-se algumas perspectivas para o fenômeno das disparidades regionais, elencando alternativas para a implementação de uma política regional comunitária no bloco. Quanto à abordagem metodológica, utiliza-se o método dedutivo, com base no arcabouço bibliográfico de leituras clássicas, sobre a integração econômica como BALASSA (1982) e ROBSON (1985) até obras que contemplam um enfoque empírico das questões regionais como WILLIAMSON (1965) e HOFFMAN (1998). A verificação empírica fundamenta-se na utilização do coeficiente de variação de renda, que proporciona mensurar as desigualdades entre regiões levando em conta variáveis ligadas a renda per capita e ao crescimento demográfico. Por fim, o trabalho promove um debate, sobre a necessidade de coordenação de políticas macroeconômicas, destacando, o ponto de vista da política regional comunitária.

1. INTRODUÇÃO

As relações econômicas no mundo contemporâneo mostram uma dinâmica ímpar a partir da década de 1990, a começar pelo fim da “guerra fria” e a intensificação do processo de globalização. Neste contexto, a retomada da integração econômica por parte

¹ Doutor em economia aplicada pela UFV, professor associado do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Mestrado em Integração Latino-Americano (Mila) da UFSM. E-mail: adayr@smail.ufsm.br

² ²Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professor Titular da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: fabianofda@uems.br

³ Mestrando em Agronegócios (UFRGS), Economista (UFSM) e Bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: daniel.coronel@ufrgs.br

dos países em desenvolvimento pode ser interpretada, na atualidade, como uma estratégia defensiva e de desenvolvimento econômico frente ao processo de globalização, que culmina com crescente abertura econômica, em especial a dos países pertencentes ao Mercosul, que serão objeto da análise desta dissertação, em destaque esta abertura é verificada no Brasil e na Argentina, principais membros do bloco.

O problema, que o estudo pretende responder, fundamenta-se, na necessidade de se perceber as desigualdades regionais no Mercosul e proporcionar a visualização de um horizonte para a implementação de uma política regional comum no Mercosul.

Quanto à abordagem metodológica, do estudo, fundamenta-se no arcabouço bibliográfico com leituras que abarcam desde as abordagens clássicas de BALASSA (1982) e ROBSON (1985), sobre a integração econômica, até obras que contemplam um enfoque empírico das questões regionais como WILLIAMSON (1965), HOFFMAN (1998), GOMES (1997) e NASSER (2000), entre outros. Como parte da verificação empírica, utilizou-se o método de procedimento com enfoque estatístico através do coeficiente de variação de renda, utilizado no clássico estudo de WILLIAMSON (1965), que proporciona mensurar as desigualdades entre regiões levando em conta variáveis ligadas a renda per capita e ao crescimento demográfico. Este instrumental possibilitou realizar uma análise entre as taxas de crescimento do PIB, bem como, uma relação do PIB per capita dos países em relação a média do Bloco. Por fim é apresentada, a conclusão do trabalho onde se apontam os resultados dessa abordagem sobre política regional e integração econômica.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

O procedimento metodológico da análise centra-se no exame dos dados do PIB per capita e da população, observados no macro-ambiente do Mercosul e desagregados espacialmente entre os países. O coeficiente de desigualdade regional é utilizado com o

objetivo de verificar os desníveis de renda entre as populações dos países em relação ao Bloco. Para tanto a análise começa em 1990 e segue até o ano de 2001. Antes, de aplicar o coeficiente de variação (C), na análise empírica, será mostrada a relação epistemológica das variáveis; desvio padrão (σ) e a média (μ) da distribuição, para assim, determinar o citado coeficiente:

$$C = \frac{\sigma}{\mu}$$

No entendimento de WILLIAMSON (1965 e 1977), ALONSO (1986) e SOUSA (1993), expressar o coeficiente em porcentagem é usual, ou seja, varia entre zero e um. É comum o seu uso como dispersão relativa, sendo que o conceito de desigualdade se confunde com o de dispersão relativa. O coeficiente de variação obedece à condição de Pigou-Dalton⁴.

Isto ocorre por que a variância sempre cresce em decorrência de uma transferência regressiva⁵.

Para analisar a transferência regressiva, considera-se uma população com n pessoas e seja x_j a renda da i -ésima pessoa. Antes de fazer a transferência regressiva, a variância é:

$$\sigma_0^2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_j^2 - \mu^2 \quad (A)$$

⁴ Uma análise detalhada desta condição é vista em HOFFMAN (1998) p. 174 – 183, utilizando uma fórmula geral identificando todas as derivações possíveis para uma transferência regressiva, bem como ressaltando o efeito de transferência regressiva para uma medida de dispersão

⁵ Esta transferência consiste em subtrair um montante $\theta > 0$ da renda de outrem e acrescentá-lo à renda de outra pessoa que já tinha renda igual ou maior do que a primeira. É claro que um aumento na renda de uma pessoa muito rica faz com que cresça a desigualdade e que um aumento na renda de uma pessoa pobre reduz a desigualdade. O efeito do aumento da renda de uma pessoa sobre a desigualdade deve, portanto, ser uma função crescente da renda da pessoa, sendo negativo para rendas bastante baixas e positivas para rendas elevadas. [...] mostrando como ela depende da medida de desigualdade adotada. O conhecimento do valor da renda para o qual ocorre a mudança de sinal do efeito é importante para saber a partir de que ponto, na distribuição da renda, a incidência de um imposto (redução da renda) vai contribuir para reduzir a desigualdade ou um subsídio vai causar aumento na desigualdade. Essa renda é o limite entre os "relativamente pobres" e os "relativamente ricos" ou a *linha de pobreza relativa* Hoffmann, (HOFFMANN, 2003).

Se a renda da j -ésima pessoa é igual ou maior do que a renda da h -ésima pessoa, isto é, se $x_j \geq x_h$, uma transferência regressiva consiste em subtrair um montante θ de x_h e acrescentá-lo a x_j . Após a transferência regressiva, a variância fica:

$$\sigma_1^2 = \frac{1}{\eta} \left[\sum_{i \neq h,j} x_i^2 + (x_h - \theta)^2 + (x_j + \theta)^2 \right] - \mu^2 \quad (\text{B})$$

A transferência regressiva não altera a média (μ). Subtraindo a equação A da B, obtém-se:

$$\sigma_0^2 - \sigma_1^2 = \frac{2\theta}{\eta} (\theta + x_j - x_h) \quad (\text{C})$$

Como $\theta > 0$ e $x_j \geq x_h$, fica demonstrado que a variância sempre aumenta em decorrência de uma transferência regressiva.

Conforme HOFFMANN (1998), o coeficiente de variação foi definido por Person em 1896, e somente em 1914 o índice de Gini foi proposto. Outras medidas de desigualdade, como o índice de Theil e índices de Atkinson,⁶ surgem respectivamente em 1967 e 1970, o que demonstra que, mesmo sendo uma das primeiras medidas de variação, desenvolvidas na análise regional, ainda é bastante utilizada no meio acadêmico e em estudos governamentais para programas de desenvolvimento.

Desta forma, ressalta-se que o coeficiente de variação torna-se atraente, como medida de desigualdade, pois se associa com o desvio padrão e variância, a medida de dispersão mais usual em estatística.

Antes de avançar-se para uma descrição quantitativa da disparidade de produtos *per capita* atualmente existente entre os países do Mercosul, destaca-se que esse procedimento fora adotado, com destaque, na literatura econômica nos trabalhos de WILLIAMSON (1965). Posteriormente outros trabalhos seguiram esta análise como HADDAD &

⁶ Para verificar um desdobramento sobre a utilização e desenvolvimento estatístico destes índices ver HOFFMANN (1998) e Ribeiro & Pôrto Júnior (2003) para uma aplicação do índice de Theil.

ANDRADE (1974) *apud* SOUSA (1993), ALBUQUERQUE E CAVALCANTI (1976) *apud* NASSER (2000); ALONSO (1986), SOUSA (1993), FERREIRA (1996), AZZONI (1997), entre outros . Em geral todos estes trabalhos enfocaram as desigualdades no Brasil, seja inter-estadual ou inter-regional, acontecendo, inclusive, análises específicas dentro de estados. Já GOMES (1997) lançou mão desse método para a análise de seu estudo sobre desenvolvimento regional na União Européia.

Desta forma, uma análise sustentada nos coeficientes de variação defini-se da seguinte maneira:

$$V_w = \frac{\sqrt{(y_i - y)^2 \cdot f_i / \eta}}{Y}$$

Sendo que: y_i = produto *per capita* país i ; y = produto *per capita* do Mercosul;
 f_i = população do país i ; η = população do Mercosul.

Pode-se perceber que V_w é um coeficiente de variação ponderado pelas participações da população de cada país na população total do Mercosul. Se todos os PIB *per capita* fossem iguais, a desigualdade entre países não existiria e V_w assumiria um valor zero. À medida que a dispersão dos PIB *per capita* em torno da média se torna maior, indicando maior desigualdade V_w , vai assumindo valores maiores.

Esta fórmula geral é válida para analisar as desigualdades entre os países, pois para uma análise das desigualdades do bloco é necessário realizar um somatório das variáveis que estão dentro da raiz.

Assim, a fórmula é dada por:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - y)^2 \cdot f_i / \eta}}{y}$$

Esse indicador de desigualdade fornece uma visão quantitativa da desigualdade em relação à população, em outras palavras, mede a dispersão do PIB *per capita* nacional

relativo ao PIB *per capita* do Mercosul, ponderado pela população de cada país na população total do Mercosul.

Outra medida de dispersão a ser utilizada, para mensurar as desigualdades no bloco é dada pelo coeficiente de variação V_{UW} , que é um coeficiente não ponderado pela população, tendo como objetivo ressaltar a variação das rendas per capita.

Desta maneira, a fórmula utilizada para este coeficiente é dada por:

$$V_{UW} = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n \frac{(y_i - y)^2}{N}}}{y}$$

onde: N = número de países do bloco.

A utilização destes dois coeficientes se torna relevante, pois V_W é um indicador ponderado da variação, que mede a dispersão dos níveis de renda per capita nacionais relativamente à média do bloco, sendo cada desvio ponderado pela participação do respectivo país na população do bloco, o que indica que quanto maior for V_W maior será o diferencial de renda geográfica, ou seja, está ocorrendo alguma transferência regressiva, no âmbito dos países. Enquanto isso, V_{UW} é um coeficiente de variação não ponderado das rendas per capita nacionais, e como mencionado anteriormente, destaca a variável renda per capita.

Outra medida análoga ao coeficiente V_W , é a medida M_W que difere apenas por considerar os desvios absolutos em relação à média, ao invés dos quadrados dos desvios.

Portanto, a fórmula para o coeficiente de variação M_W é:

$$M_W = \frac{\sum_{i=1}^n |y_i - y| \cdot \frac{f_i}{n}}{y}$$

Cabe salientar que esta medida de dispersão, para fins de apresentação pode ser expressa em porcentagem, bastando multiplicar os resultados por cem.

A peculiaridade deste indicador, em relação aos dois anteriores destaca-se por não elevar ao quadrado os desvios, não ampliando demasiadamente o impacto sobre a medida de desigualdade, de algumas poucas observações muito discrepantes da média. Nesta perspectiva, ALONSO (1986) menciona que esta é uma medida alternativa que serve para testar os resultados de V_w , pois este, ao elevar ao quadrado as diferenças, pode tornar-se desnecessariamente sensível aos poucos desvios extremos da renda per capita.

Conforme alguns autores que utilizaram os coeficientes de variação em seus estudos, como GOMES (1997), SOUSA (1993), ALONSO (1986), e NASSER (2002), estas medidas apresentam algumas limitações, por não serem capazes de demonstrar o todo do fenômeno. Parafrazeando KOSIK (1976) existe uma dificuldade para realizar o *détour*. Isto é explicado porque, quando se trabalha com rendimentos per capita, a suposição de que esta variável expresse o nível de bem-estar do país ou bloco, há um certo risco para os coeficientes, principalmente pelo fato conhecido de que este indicador não expressa a distribuição interpessoal da renda.

Apesar desta consideração, estes coeficientes têm sido largamente utilizados em estudos dessa natureza, até mesmo pela escassez de outros que possam substituí-lo (ALONSO,1986).

No entendimento de ROBSON (1985), GOMES (1997), BANDEIRA (2000) entre outros autores, a avaliação das desigualdades regionais entre países deve ser reforçada, pois é um fenômeno que apresenta muitas particularidades. E se for buscado um enfoque de regiões pormenorizadas as análises se tornam determinantes para identificar as disparidades existentes entre os países e as regiões onde estão inseridos.

TABELA 1 - Coeficiente de Variação V_w para os países do Mercosul no período 1990-2001.

Período/país	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
1990	0,32	0,12	0,16	0,01	0,07	0,01
1991	0,43	0,13	0,15	0,02	0,07	0,03
1992	0,48	0,11	0,13	0,00	0,08	0,03
1993	0,64	0,14	0,20	0,04	0,09	0,02
1994	0,38	0,14	0,03	0,01	0,08	0,05
1995	0,28	0,15	0,09	0,03	0,08	0,05
1996	0,27	0,15	0,04	0,03	0,08	0,05
1997	0,29	0,14	0,10	0,05	0,09	0,01
1998	0,31	0,14	0,06	0,04	0,10	0,04
1999	0,31	0,14	0,06	0,03	0,10	0,05
2000	0,30	0,14	0,05	0,03	0,09	0,05
2001	0,25	0,15	0,03	0,10	0,09	0,04

Fonte: Análise do autor a partir dos dados compilados da Cepal (2003).

Ao analisar-se os resultados da Tabela 1, verifica-se, em 1990, que o coeficiente V_w para Argentina com 0,32 e Brasil com 0,16, pontos percentuais, eram os países com maior desnível regional no bloco, mas com a entrada em vigor do bloco estes índices foram diminuindo, ou seja, houve redução da desigualdade regional de renda destes países em relação ao bloco. Mas cabe salientar, que em 1993 a Argentina atingiu um coeficiente de 0,64 pontos percentuais e nesse mesmo ano o Brasil apresentou um indicador de 0,20 pontos percentuais, indicando a maior diferença nos coeficientes registrados para estes países, no período analisado.

Enquanto isso, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile demonstram, nesse período, coeficientes com menores índices e com menos variações, o que indica que as desigualdades de renda não se alteraram muito nestes países. No caso do Paraguai, os índices variaram de 0,07 a 0,10. No Uruguai, os índices se encontraram em patamares de 0,01 a 0,05. Na Bolívia os índices variaram de 0,11 a 0,15 para toda a série, enquanto que, no Chile, o coeficiente V_w apresentou incríveis 0,0 pontos percentuais em relação ao bloco em 1992, mas chegou a um máximo de 0,10 pontos percentuais em 2001.

Uma análise mais detalhada, após a entrada em vigor do Mercosul (1995), demonstra que a Argentina atingiu um coeficiente de 0,28 pontos percentuais, o Brasil 0,09, a Bolívia 0,15 e o Paraguai 0,08. Neste período, a Argentina demonstrou a maior desigualdade no bloco, pelos seus 0,28 pontos percentuais. Em contrapartida, Chile e Uruguai demonstrou menor desigualdade. Neste caso deve-se considerar que todos os países do bloco tiveram seus PIBs apresentando um crescimento.

Do ano de 1995, até o auge do Mercosul nos anos de 1997 -1998, quando o PIB e o PIB per capita atingiram níveis surpreendentes para as economias da região, o coeficiente de variação V_w apresentou alternância significativa apenas para Argentina passando de 0,28 em 1995 para 0,31 pontos percentuais em 1998. Já para o Brasil, o índice se manteve estável em 0,09, diminuindo apenas 0,03 pontos percentuais, em 1998, ou, em termos relativos desigualdade diminuiu 33 pontos percentuais.

A análise da Bolívia apresentou um índice de 0,15 em 1995 e 0,14 em 1998, o Paraguai e o Uruguai também pouco alterou seus coeficientes passando de 0,08 e 0,05 em 1995 para 0,10 e 0,04 em 1998, respectivamente. Nesse período, o Uruguai chegou a apresentar um índice de 0,01 em 1997, o que demonstra que mesmo tendo uma renda per capita de mais de 6.000 dólares sua população ponderada influencia para uma equidade em termos de desigualdades regionais. Enquanto que no Paraguai, o índice de 0,10 reflete a desigualdade do país em relação ao bloco, pois a média em 1998 que era de 4.486, é bem superior à renda per capita do Paraguai que é inferior a 1.700 dólares.

No que tange ao Chile, para o período analisado seu coeficiente fica em 0,09 e 0,04 e sua renda per capita é um pouco superior a do Mercosul. Os outros países em 2001, não tiveram significativas alternâncias nos seus índices de variação, apresentando para o Brasil um índice de 0,03 pontos percentuais, Bolívia 0,15, Paraguai 0,09 e Uruguai 0,04 pontos percentuais.

De acordo com esta análise, percebe-se que, para os países do bloco, a integração não alterou significativamente as diferenças de renda em relação ao bloco, a não ser no caso argentino, pois o país passou de um coeficiente V_w 0,38, em 1994 para 0,25, em 2001. Mas essa menor desigualdade em relação ao bloco, na realidade representa uma queda na renda per capita do país. Os demais países mantiveram os mesmos índices, com algumas variações já mencionadas, que apontam pouca significância relativa; sendo que somente, em 2001, o Chile apresenta um salto na ordem de 0,07 pontos percentuais no coeficiente V_w , devido ao incremento na sua renda interna per capita, com 1.686 dólares a mais que a média do bloco.

Neste contexto, pode-se inferir, que o processo de integração depois de implementado pouco alterou a estrutura da renda média dos países do Mercosul e em termos de desníveis de renda entre os países as diferenças de renda mantiveram-se para Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, alterando-se apenas no caso argentino e chileno.

Dentro deste íterim, a próxima verificação consiste na análise dos coeficientes de variação para o bloco no período de 1990 a 2001, para tanto se tem os dados da Tabela 2.

TABELA 02 - Coeficiente de Variação V_w , V_{uw} , M_w para o Mercosul (1990-2001).

Mercosul	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
V_w	0,38	0,48	0,20	0,70	0,43	0,34	0,34	0,35	0,36	0,36	0,35	0,31
V_{uw}	0,47	0,57	0,39	0,79	0,58	0,51	0,51	0,52	0,54	0,54	0,53	0,50
M_w	0,29	0,21	0,34	0,47	0,22	0,24	0,26	0,25	0,23	0,23	0,21	0,17

Fonte: Análise do autor a partir dos dados compilados da Cepal (2003).

A verificação dos coeficientes da Tabela 2 para o Mercosul, faz-se de acordo com o arcabouço teórico de Williamson (1965), que menciona que as desigualdades regionais elevam-se, atingem um limite máximo e depois declinam, isto se deve ao fato de que no período inicial do crescimento econômico observa-se um diferencial de renda crescente entre as regiões e quando se chega em estágios mais avançados de crescimento a tendência é ocorrer uma convergência entre as rendas das diferentes regiões.

A análise dos coeficientes de variação para o bloco no período 1990-2001 indica que os primeiros anos analisados, o coeficiente V_W mostra variação relativa⁷ de 26,3% para o período entre 1990-1991, em 1991-1992 chegou-se a níveis de -58,3% , estes indicadores apontaram para exatos 250% de variação relativa no coeficiente V_W . Essa variação só vai apresentar alguma estabilidade após o funcionamento efetivo do Mercosul, em 1995. Os anos 1995-1996, a variação relativa é nula, mantendo-se quase que constante até 2000. Somente no período 2000-2001, a variação atinge -11,4 pontos percentuais, indicando uma queda de 0,04 pontos percentuais absolutos no nível de desigualdade de renda, dentro do bloco.

Com base nos indicadores, pode-se inferir que, do ano 1990 até 1994, a grande variação relativa centra-se, sobretudo na maior instabilidade política e econômica dos países, somente Argentina, Uruguai e Chile apresentaram uma trajetória de crescimento relativo nesse período. Cabe observar que apenas na Argentina ocorre um decréscimo do PIB, em 1994, explicado, entre outros fatores (como crises cambiais), pelos rumos da política econômica brasileira, criação do Plano Real, que teve reflexos determinantes na economia argentina, pois os produtos exportados para o Brasil se tornaram mais caros e as importações realizadas pela Argentina passaram a ter paridade de 1 Real por 1 Peso, o que refletiu numa queda das exportações dentro do bloco⁸.

Desta forma, após este período, o bloco passa pela sua maior dificuldade, pois o efeito da criação do comércio e a abertura econômica são superados e os demais passos para o aprofundamento da integração e complementaridade entre os países não são desenvolvidos. Atrelados a isto, ocorrem queda no comércio exterior mundial, tensões internacionais como as crises cambiais, desvalorização abrupta do Real, crise econômica

⁷ A variação relativa é dada por $\frac{V_W - V_{W_{t-1}}}{V_{W_{t-1}}} * 100$.

⁸ Uma boa análise do comércio do Mercosul pode ser vista em AVERBURG (2002).

da Argentina. Todos estes fatores mantiveram o bloco estagnado em termos de crescimento econômico, pois inclusive o Pib per capita médio do Mercosul, desde 1997, começa a apresentar um viés de declínio absoluto e, somente em 2001, acontece uma variação relativa positiva de 1,97 pontos percentuais.

Comparando os dois coeficientes, pode-se observar que V_{UW} é sempre bem superior a V_W . Mas o ponto fundamental a ser visualizado é que os dois coeficientes captam o mesmo fenômeno, pois no período de 1990-1994, ocorrem grandes variações no coeficiente V_{UW} , variando de 0,39 no ano de 1992, para incríveis 0,79 pontos percentuais no ano de 1993. A partir do funcionamento do Mercosul em 1995, o coeficiente manteve-se com poucas variações apresentando índices para os anos de 1995 até 2001, na seguinte ordem 0,51; 0,51; 0,52; 0,54; 0,54; 0,53; e 0,50. Esses valores demonstram que a desigualdade no bloco está mantendo-se constante, embora elevada. Por fim, tem-se o coeficiente M_W que serve para testar a validade de V_W , pois como mencionado anteriormente ao elevar ao quadrado as diferenças entre as rendas per capita, estas podem tornar-se desnecessariamente sensíveis a um desvio de renda per capita do país, mas considerando apenas os desvios absolutos isto não acontece.

Corroborando os demais resultados e, sobretudo, confirmando o coeficiente V_W que captou de maneira correta a desigualdade de renda no bloco, bem como os desvios de renda per capita dos países, verifica-se que, de forma geral, os resultados não foram sobrevalorizados pelo quadrado da diferença em V_W .

O que vem a ser de mais valia na observação do coeficiente M_W é que a tendência da variação ocorrida no período é válida para todos os coeficientes. Nesta perspectiva, constata-se que a grande variação ocorrida no período anterior ao início do Mercosul, também é significativa. Entretanto, em termos absolutos, os resultados captam para período de 1991-1992 uma inversão na ordem do crescimento da desigualdade, em que o coeficiente V_W indica crescimento e decréscimo, o coeficiente M_W indica decréscimo e

posterior crescimento das desigualdades no Mercosul. Desta forma, analisando a renda per capita, verifica-se que o PIB per capita da Argentina foi o responsável por esta inversão de ordem de crescimento, pois os valores elevados ao quadrado tornaram-se muito sensíveis e não captaram a realidade do fenômeno, o que só vem a comprovar a tese de WILLIAMSON (1965) de que é necessário utilizar os três coeficientes para captar a realidade concreta das desigualdades regionais, em qualquer região analisada.

Portanto, a validade de M_W é mais uma vez comprovada, pois autores como ALONSO (1986), WILLIAMSON (1965) e SOUSA (1993), entre outros, já demonstraram que esta verificação além de metodologicamente correta serve para certificar o pesquisador de que os resultados estão de acordo com a realidade observada. Para finalizar esta análise do coeficiente M_W no período de 1995-2001, constata-se que o processo de desigualdade apresentou a mesma tendência dos coeficientes V_W e V_{UW} , principalmente indicando a situação de não crescimento da desigualdade de renda no Mercosul e, sobretudo, captando a queda absoluta da desigualdade entre os anos de 2000 e 2001.

Portanto, verifica-se que do ponto de vista do produto e da relação de crescimento econômico dos países o cenário de integração do bloco pouco alterou a estrutura da renda média do Mercosul e as desigualdades regionais de renda entre os países mantiveram-se quase que constantes desde o início do bloco, havendo maiores alterações apenas na Argentina e no Chile, enquanto que no caso da análise da desigualdade no bloco com o coeficiente V_W , verificam-se que os índices diminuíram de 0,34 em 1995 para 0,31 em 2001, fato que os outros dois coeficientes também demonstraram.

Contudo, mesmo registrando uma queda nas desigualdades regionais de renda, a situação no bloco não é de nivelamento das desigualdades pelo lado do crescimento econômico e sim pelo lado da estagnação econômica; pois, do ponto de vista do nível da renda per capita, nota-se que o rendimento declinou e a redução das desigualdades ocorreu

pela estagnação econômica da Argentina e queda do nível de renda do Uruguai, que tem uma economia complementar à Argentina.

4. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BLOCO EUROPEU

Muito embora, em termos globais, a União Européia seja próspera, ela exhibe sérios contrastes internos em matéria de riqueza e oportunidades. Desta maneira, este bloco tem estado empenhado, desde seu início, numa política de desenvolvimento regional. Conforme ROBSON (1982, p. 187) “Um dos objetivos básicos do tratado de Roma é o de promover o crescimento equilibrado”. A redução das desigualdades, entre as várias regiões e a perspectiva de alavancar as áreas mais atrasadas e menos favorecidas, implica na necessidade de ações em nível comunitário na área da política regional.

O objetivo de reduzir as desigualdades regionais na União Européia pode ser observado no art. 2º do Tratado de Roma, citado em THORSTENSEN (1992, p. 42):

A comunidade tem como missão promover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas econômicas dos Estados Membros, um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas, uma expansão econômica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os estados que a integram.

Para colocar em prática todos os objetivos que levaram a formação da Comunidade Européia, têm-se algumas diretrizes como: a) eliminação entre os estados membros dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à importação e à exportação de mercadorias, bem como de todas as medidas de efeito equivalente; b) estabelecimento da Tarifa Aduaneira Comum e de uma Política Comercial Comum com relação aos terceiros países; c) abolição entre os Estados Membros dos obstáculos à livre circulação de pessoas, serviços e capitais; d) adoção de uma política comum no domínio da agricultura; e) adoção de uma política comum de transportes; f) estabelecimento de um regime que garanta que a concorrência não seja distorcida no mercado comum; g) aplicação de processos que permitam coordenar as políticas econômicas dos estados membros e sanar os

desequilíbrios das suas balanças de pagamento; e, h) aproximação das legislações nacionais na medida em que tal seja necessário ao bom funcionamento do mercado comum⁹.

Portanto, calcado nestas bases o mercado interno europeu é definido como um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação de mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada. Neste contexto, PEDROZA (1999 p.65) menciona: “[...] o planeamento regional europeu existe e é atuante”.

Uma particularidade da política regional europeia é que ela enfrentou uma enorme diversidade cultural, lingüística, histórica, étnica, religiosa e econômica, o que torna extremamente complexa as desigualdades regionais existentes na Europa.

Apesar desta diversidade de culturas e tradições das diferentes nações ou regiões da Europa, isto não chega a impedir que se fale de uma cultura de civilizações europeias, sempre foi encarada mais como um fator de enriquecimento e de dinamismo do que como um obstáculo ou entrave sério à integração europeia.

Para PEDROZA (1999, p. 66) “[...] essas dificuldades são implementadas pelas políticas regionais por quase toda a Europa com resultados favoráveis embora de difícil avaliação”.

No começo dos anos 80, depois de enfrentar duas crises do petróleo e vários sobressaltos cambiais e monetários, a Europa ocidental se encontra entregue a uma situação que ALMEIDA (1998) denomina “Europessimismo”. Ademais, os países membros da CEE se debatiam entre altas taxas de inflação e o fenômeno aparentemente estrutural do desemprego, além de uma série de novas barreiras técnicas ao comércio, que de certa maneira estavam obstaculizando o Mercado Comum.

Por todos estes fatores, ocorreu uma série de iniciativas tendentes a fazer renascer o espírito comunitário. Todas as iniciativas apontavam para a unificação final do mercado

⁹ Todos os tópicos foram retirados do art. 3º do tratado de Roma. (THORSTENSEN, 1992).

interno, passando assim a eliminar as barreiras anti-integracionistas. Pode-se dizer que houve, naquele momento, uma vontade política menos nacionalista e mais preocupada com os Estados Partes.

Entretanto ao mesmo tempo em que, sob o signo do Eurotimismo, a Europa se unia e promovia políticas de modernização e de ampliação de seus mercados internos, os riscos de marginalização aumentavam proporcionalmente para os parceiros e competidores externos. Começou a se falar igualmente em fortaleza Europa. (ALMEIDA, 1993, p.61).

Toda esta necessidade de mudanças se traduziu em uma prática mais participativa e de baixo-para-cima no desenho das políticas regionais praticadas na Europa. A União Européia procurou solucionar o problema das disparidades regionais, exercendo sua ação em 4 regiões prioritárias, conforme aponta GOMES (1997): i) regiões menos desenvolvidas, onde a economia depende largamente da agricultura; ii) regiões industriais concentradas em setores altamente em declínio; iii) regiões de fronteira, que apresentam problemas de origem histórica; e, iv) regiões urbanas de grandes concentrações populacionais.

A ação da União Européia é justificada no âmbito regional, uma vez que ali se localizam entraves à regionalização da coesão econômica e social do bloco regional.

No entendimento de THORSTENSEN (1992, p. 106) “como várias políticas são tomada em nível supranacional (agrícola, comércio externo, indústria), muitas decisões não têm conseqüências positivas para todas as regiões. A comunidade assume a responsabilidade de amenizar os efeitos negativos”.

A história econômica da Europa moderna mostra que existe claramente um centro econômico, onde são maiores, entre outras coisas, a renda per capita, os produtos industriais por habitante e a densidade populacional; assim como existe uma periferia onde todas estas variáveis apresentam índices em termos muito inferiores ao do centro econômico, bem como de outras regiões mais dinâmicas. Nesse sentido, nota-se que os projetos de coesão econômica e social partem das regiões interessadas e o Fundo Estrutural

entra em ação depois de aprovada a necessidade da região de obter o plano de desenvolvimento regional.

5. CONCLUSÃO

Através dos coeficientes de renda per capita. Pode-se concluir que existe grande desnível em termos econômicos entre os países do Mercosul, no que diz respeito ao PIB per capita e estas diferenças entre nações é o ponto determinante destas desigualdades.

Com base no que foi discutido no decorrer deste trabalho é possível identificar as atuais disparidades regionais de renda entre os países do Mercosul. Isto porque, de um lado, os países de menor desenvolvimento, Paraguai e Bolívia, mantiveram o seu padrão de desigualdade mesmo com a implementação do Mercosul e, somente, a Argentina apresenta queda no seu coeficiente de desigualdade, em função da queda do seu nível de renda per capita, o que lhe aproximou da média do bloco, Assim, o resultado dos coeficientes apontou para uma diminuição das desigualdades regionais no bloco após o início da integração, sobretudo após 1998, quando os índices captam a queda das desigualdades.

Na busca de uma proposta para minimizar as disparidades regionais no Mercosul, foi retratada a política regional da União Européia, indicando alguns *insights* sobre suas instituições, inter-relação com as políticas regionais e objetivos de desenvolvimento. Do ponto de vista do Mercosul, uma visão de longo prazo otimista nos leva a acreditar que uma política regional serviria de contrapeso para a redução do papel integrador tradicionalmente desempenhado pela predominância das transações voltadas para o mercado interno de cada país, bem como, reduziria o impacto das operações voltadas para o comércio exterior. Devido à grande diversidade estrutural de renda dos países e, sobretudo, das suas regiões. Torna-se pertinente uma política de desenvolvimento regional comunitário, podendo inclusive extrair exemplos da política regional comunitária da União Européia e adaptá-los à realidade do bloco.

Nesta perspectiva, a concepção de uma política regional deve voltar-se especificamente para os Estados-membros, em termos políticos e econômicos. Passando a convergir no sentido de criar as condições mínimas para o desenvolvimento de uma zona integrada e, assim, sustentar o processo de integração não só entre os países, mas também nas regiões deprimidas e com dificuldades de inserção no processo de integração.

Por fim, estes apontamentos, mostram que um processo de integração, em fase inicial (União Aduaneira imperfeita/Mercosul). Pode nortear uma Política Regional Comum, na medida em que o processo for avançando, pois o exemplo europeu demonstra que é possível utilizar instrumentos de política regional voltado para uma região integrada, com diretrizes específicas e objetivos reais. Isto pode dinamizar o bloco em termos de planejamento econômico voltado para políticas regionais, resultando em um desenvolvimento mais harmonizado para as populações integrantes do bloco.

Dentro deste cenário, conclui-se que, os países do Mercosul, enquanto não tiverem um nivelamento do ponto de vista econômico e social, vão encontrar dificuldades em avançar no processo de integração. Pois à medida que o processo avança instituições supranacionais ou inter-regionais, são necessárias para amenizar as disparidades regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ALONSO, José Antônio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939 – 70*. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, n.9, 1986.

ALVA, A. R. Sánchez de. *Guia para entender a política regional da União européia*. I Seminário Internacional sobre instrumentos e avaliação de política regional: Rio de Janeiro, 2000.

AVERBUG, André. *Mercosul: conjuntura e perspectivas*. BNDES, texto para discussão, 2002, Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acessado: em 15. Jan. 2003.

AZZONI, C. *Concentração regional e dispersão de rendas per capita estaduais: uma análise a partir de séries históricas estaduais de PIB (1939-95)*. Estudos Econômicos. São Paulo. Nº 27, 1997.

BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1982.

BANDEIRA, Pedro S. *Reflexões sobre a redefinição das políticas territoriais e regionais*. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Departamento de Políticas Regionais, 2000.

CEPAL. *Relatório Estatístico da América Latina y Caribe*. Santiago: Cepal / Nações Unidas, 2003.

CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e urbana*. São Paulo: Atlas, 1994.

COMISSÃO EUROPÉIA. *As ações inovadoras a favor do desenvolvimento regional*. 2002. Disponível em: <<http://www.europa.eu.int>>. Acessado em: 10 Maio. 2002.

_____. *FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*. 2000. Disponível em: <<http://www.europa.eu.int/scadplus>>. Acessado em: 21 Abr. 2002.

CONSÓRCIO BRASILIANA. *Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento*. Brasília: Relatório síntese, Tomo I, 2000a. mimeo.

FERREIRA, A. H. Braga. *A distribuição inter-estadual de renda no Brasil (1950-85)*. Revista Brasileira de economia. Rio de Janeiro: Nº 50, v. 4, 1996.

GALVÃO, Olímpio de Arrouxelas. *Tendências Recentes do Comércio Internacional: Impactos sobre o Brasil e a Região Nordeste*. Pernambuco: Pimes/BNB, 1997a. Mimeo.

GOMES, Gustavo Maia. *Desenvolvimento e Política Regional na U.E*. Brasília: BNDES/IPEA, 1997. Texto para discussão

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda: Medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: editora da USP, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. *Linha de pobreza relativa de Hoffmann*. 2003. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br>> Acessado em: 10 Dez. de 2003.

KOSIC, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KON, Anita. *A dinâmica do Desenvolvimento regional brasileiro*. 2002. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ufrj.br>> Acessado em: 10. Ago. 2002.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Programa de desenvolvimento integrado e sustentável*. 2000. Disponível em: <<http://www.integração.gov.br>>. Acessado em: 21 Fev. 2003.

NASSER, Bianca. *Economia Regional, desigualdade regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*. Revista do BNDES. Rio de Janeiro: V. 7, n° 4, 2000.

PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: v.3 n. 3. 1949.

PEDROZA, Dinilson. *O Planejamento Regional na União Européia e Reino Unido*. mimeo

RIBEIRO, E. P. & PÔRTO JÚNIOR, Sabino da Silva. *Dinâmica espacial da renda per capita e crescimento entre os municípios da região nordeste do Brasil – Uma análise Markoviana*. 2003. Disponível em <<http://www.race.nuca.ufrj.br>> Acessado em 12 Ago. 2003.

ROBSON, Peter. *Teoria Econômica da Integração Internacional*. Coimbra: Editora Coimbra, 1985.

SOUSA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil*. Análise Econômica. Porto Alegre: Ano 11. n° 19, 1993.

THORSTENSEN, Vera. *Tudo Sobre a Comunidade Européia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

WILLIAMSON, J. *Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: Descrições dos padrões*. In: SCHARTZMAN, Jacques. *Economia Regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

WILLIAMSON, J. *Regional Inequality and the process of national development: a description of patterns*. *Economic development and cultural change*, V. 13, 1965.